

Governo planeja mudar lei para acelerar mineração



Exploração de minério de ferro na mina Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), a 90 km de Belo Horizonte. Ricardo Teles/Divulgação/Vale

Governo Lula planeja nova política de mineração para forçar exploração

Levantamento aponta milhares de concessões paradas; medida mira Vale, BHP e Rio Tinto

Fábio Pupo e João Gabriel

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda mudar o arcabouço legal da mineração para forçar empresas do setor a explorarem, de fato, suas unidades produtivas.

O diagnóstico é que há milhares de minas paradas pelo país e que a medida em análise poderia movimentar um volume de recursos na econo-

mia comparável aos investimentos anuais da Petrobras.

O assunto é de grande interesse de Lula, que acusa o setor de não explorar as minas e apenas se aproveitar da venda de direitos sobre as unidades.

De acordo com números levantados pelo governo e obtidos pela Folha, 25% das mais de 14 mil concessões de lavra concedidas às empresas estão paralisadas, pela falta

de início da exploração ou por suspensão das atividades.

A movimentação do governo pelas novas regras tem como um dos alvos principais a brasileira Vale, mas empresas como a australiana BHP Billiton e a anglo-australiana Rio Tinto também são citadas nas conversas, de acordo com relatos ouvidos pela Folha.

"O que nós queremos é que a Vale tenha mais responsa-

bilidade. [Há uma] quantidade de minas na mão da Vale que ela não explora há mais de 30 anos e fica funcionando como se fosse dona e vendendo. A Vale, ultimamente, está vendendo mais ativo do que produzindo minério de ferro", afirmou Lula há menos de dois meses em entrevista ao jornalista Kennedy Alencar na RedeTV!, sem dar detalhes.



A Vale, ultimamente, está vendendo mais ativo do que produzindo minério de ferro

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) presidente do Brasil

O estudo sobre a situação da exploração mineral no país é feito pelo governo Lula desde o ano passado. As análises envolvem os ministérios comandados por Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Silveira (Minas e Energia) e apontam que grande parte das minas entra em cenário de paralisa antes mesmo do começo da exploração.

Segundo o levantamento do governo, as unidades com início de atividade adiado estão nessa situação pelo tempo médio de dez anos; as que estão com atividades suspensas, pelo tempo médio de 12 anos.

Para mudar a situação, o governo avalia endurecer as regras, o que pode envolver mudanças na legislação.

Mas também estuda uma saída que não precise de alterações legais, já que há uma visão de que o arcabouço de hoje contém instrumentos para a devida exploração.

Entre as primeiras alternativas analisadas, estão ajustes para uma rigidez maior nos prazos para empresas prorrogarem a fase de pesquisa (que antecede a exploração) ou para suspenderem temporariamente as atividades.

Caso esses limites sejam descumpridos, há a possibilidade de partir de maneira mais firme para a extinção do direito minerário da unidade.

Outro ponto estudado é elevar a chamada taxa anual por hectare (a TAH) —valor que a empresa paga durante a primeira fase do processo, a autorização de pesquisa, até a entrega de um relatório final sobre a viabilidade da unidade.

O aumento dos valores, que podem inclusive ser progressivos com o tempo, de estimularia o que é visto como uma retenção proposital e especulativa das áreas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: P Pagina: 1